

Tempo 24/7/88 p. 28

“MOÇAMBIQUE FAZ CAMPANHA CONTRA A FNAC”

A CAMPANHA contra os produtos fora de prazo e deteriorados é um curioso ataque aos produtos portugueses por parte de interesses multinacionais sul-africanos, interessados na exportação de artigos alimentares para Moçambique, disse ao EXPRESSO Justino Pereira, representante da FNAC em Moçambique, em resposta a acusações veiculadas pela Imprensa de Maputo segundo as quais este grupo português teria vendido produtos deteriorados e fora do prazo de validade nas suas lojas francas da capital moçambicana.

As acusações apareceram pela primeira vez na revista «Tempo», sendo retomadas pelo diário «Notícias», que refere terem os produtos estragados sido transferidos deliberadamente da embalagem original para outra a fim de ser escondido o prazo de validade. Este problema, no entanto, não oferece gravidade para Justino Pereira que defende constituir mesmo uma prática normal em certos países europeus. Muitas fábricas europeias recolhem os produtos fora de prazo para lhes inscreverem novos prazos, esclareceu o responsável da FNAC.

Esses produtos, adiantou Justino Pereira, não se encontravam à venda nas lojas francas na altura das acusações da Imprensa moçambicana. Estavam, sim, salienta o representante da FNAC em Moçambique, no armazém das lojas francas, onde já foram encontrados, na sua maioria, na altu-

ra em que a FNAC iniciou a gestão das lojas, em fins de Março passado. No entanto as acusações moçambicanas referem a venda de margarinas «Flora» e «Planta» fora dos prazos de validade, facto que, segundo o «Notícias», desprestigia Moçambique.

ALIMENTOS INCINERADOS

De acordo com números publicados na revista «Tempo», teriam sido incinerados 2 800 quilos de feijão e milho, além de 20 649 litros de óleo alimentar e 800 latas de enchidos. A FNAC—que investiu nas lojas francas de Moçambique cerca de 6 milhões de dólares—confirmou estes números, responsabilizando-se pela destruição dos produtos. Fizemo-lo por determinação das autoridades sanitárias moçambicanas, disse Justino Pereira, que acrescentou terem os produtos deteriorados sido carregados em camiões da empresa e levados para os fornos de uma empresa local—a CIFEI.

Trata-se de uma prática nova e não compreendemos como somos atacados por destruir produtos impróprios para consumo, argumentou o responsável da FNAC, esclarecendo que a anterior empresa que geria as lojas francas moçambicanas entregava os produtos fora do prazo e deteriorados às cooperativas, que os distribuía pela população.

Seja como for, o problema assume para a Imprensa moçambicana aspectos de tal gravidade que chega mesmo a ser definido como crime grave que deve ser punido. E o jornal «No-

tícias», através de um editorial de Lina Magaia, critica asperamente o «slogan» «Sabemos o caminho... temos tace africana», utilizado habitualmente pela FNAC na sua publicidade em países africanos.

E para concretizar as suas acusações, o jornal de Maputo refere ter uma grande quantidade de sardinha proveniente de Itália sido deitada na lixeira, o que é confirmado pela FNAC, que adianta tratar-se de sardinhas de um lote oferecido pela Itália ao Governo moçambicano e que este pôs à venda em divisas nas lojas francas.

Apercebendo-se da sua deterioração, a FNAC deitou-as na lixeira de Maputo onde, segundo as palavras do jornal «Notícias», o povo esfomeado as apanhou, vendendo-as a si mesmo nos mercados paralelos.

In «EXPRESSO» Portugal